



Estratégias e tecnologias educativas sobre PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO (PrEP) para HIV com travestis e mulheres trans

Educational strategies and technologies on PRE-EXPOSURE PROPHYLAXIS (PrEP) for HIV with transvestites and transgender women

Estrategias y tecnologías educativas sobre PROFILAXIS PREEXPOSICIÓN (PrEP) para VIH con mujeres travestis y transgénero

Lucília de Fátima Santana Jardim¹, Camila Freire Albuquerque¹, André Luiz Machado das Neves², Elizabeth Teixeira², Bruna Alessandra Costa e Silva Panarra³, Kelly Regina Pires da Silva Caciano¹, Sheila Vitor-Silva¹.

RESUMO

Objetivo: Identificar as estratégias e tecnologias para mediar práticas educativas sobre a Profilaxia Pré-Exposição – PrEP para HIV com pessoas travestis e mulheres trans. **Revisão bibliográfica:** Foram identificadas estratégias e tecnologias de diferentes modalidades e formatos. Os estudos evidenciaram tecnologias como: redes sociais, informação entre pares, campanhas informativas, mensagens via smartphone, aplicativo móvel para smartphone, blogs, plataformas *online e/offline* para aconselhamento e teste de HIV, integração de tecnologias *online* e autoteste de HIV, intervenções grupais com pessoas trans, portais de tecnologia e sites de troca de mensagens. As evidências consultadas, apontam que a tecnologia educativa em saúde é elemento instrucional potente no cuidado e prevenção à saúde das pessoas travestis e mulheres trans. É essencial que produções baseadas em evidências, que considerem essas identidades de gênero, possam circular entre o universo trans para serem aliadas ao acesso à informação em saúde, para o cuidado de si e subsidiar profissionais que possuem uma formação fortemente marcada pelo padrão biologicista e heteronormativo, como é o caso da enfermagem. **Considerações finais:** Considera-se que as estratégias e tecnologias são veiculadas e disponibilizadas em diversificados canais de comunicação e revelaram-se importantes para educar, orientar e treinar sobre a PrEP.

Palavras-chave: Profilaxia Pré-Exposição, Mulheres trans, Travesti, HIV, Tecnologias educacionais.

ABSTRACT

Objective: To identify strategies and technologies to mediate educational practices on Pre-Exposure Prophylaxis – PrEP for HIV with transvestites and trans women. **Bibliographic review:** Strategies and technologies of different modalities and formats were identified. The studies highlighted technologies such as: social networks, peer information, information campaigns, messages via smartphone, mobile application for

¹ Universidade Federal do Amazonas (EEM/UFAM), Manaus - AM.

² Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus - AM.

³ Faculdade Estácio, Manaus - AM.

smartphone, blogs, online and/offline platforms for HIV counseling and testing, integration of online technologies and HIV self-test, group interventions with trans people, technology portals and messaging sites. The evidence consulted points out that educational technology in health is a powerful instructional element in the care and prevention of the health of transvestites and trans women. It is essential that evidence-based productions, which consider these gender identities, can circulate among the trans universe to be combined with access to health information, for self-care and to support professionals who have a background strongly marked by the biologicist and heteronormative pattern, as is the case with nursing. **Final considerations:** It is considered that the strategies and technologies are disseminated and made available in different communication channels and proved to be important to educate, guide and train on PrEP.

Keywords: Pre-Exposure Prophylaxis, Trans women, Transvestite, HIV, Educational technologies.

RESUMEN

Objetivo: Identificar estrategias y tecnologías para mediar prácticas educativas sobre Profilaxis Pre-Exposición – PrEP para VIH con travestis y mujeres trans. **Revisión bibliográfica:** Se identificaron estrategias y tecnologías de diferentes modalidades y formatos. Los estudios destacaron tecnologías como: redes sociales, información entre pares, campañas de información, mensajes a través de teléfonos inteligentes, aplicación móvil para teléfonos inteligentes, blogs, plataformas en línea y/o fuera de línea para asesoramiento y pruebas de VIH, integración de tecnologías en línea y autoprueba de VIH, intervenciones grupales con personas trans, portales de tecnología y sitios de mensajería. La evidencia consultada señala que la tecnología educativa en salud es un poderoso elemento instructivo en el cuidado y prevención de la salud de travestis y mujeres trans. Es fundamental que producciones basadas en evidencias, que consideren estas identidades de género, puedan circular entre el universo trans para combinarse con el acceso a la información en salud, para el autocuidado y para apoyar a profesionales que tienen un bagaje fuertemente marcado por el patrón biologicista y heteronormativo, como es el caso de la enfermería. **Consideraciones finales:** Se considera que las estrategias y tecnologías son difundidas y puestas a disposición en diferentes canales de comunicación y demostraron ser importantes para educar, orientar y capacitar en PrEP.

Palabras clave: Profilaxis Pre-Exposición, Mujeres trans, Travestis, VIH, Tecnologías educativas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve um crescente aumento de estudos sobre a saúde de pessoas trans que abordam desde os direitos de reconhecer as especificidades da saúde dessa população até os desafios de acesso e permanência nos serviços públicos de saúde (BORBA RO, 2016; DOURADO I, et al., 2016; FERREIRA BO, et al., 2017; NEVES ALM, 2019).

Pessoas trans são pessoas cuja identidade e expressão de gênero não estão em conformidade ao gênero que lhes foi designado ao nascer, de normas e expectativas impostas pela sociedade com base em sua genitália. O termo pessoa trans, engloba tanto a mulher transexual, que é a pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher e a travesti que é pessoa que apresenta uma identidade de gênero feminina, mas que não se reconhece como mulher transexual (JESUS JG, 2012).

Essa construção de gênero no universo das travestis e mulheres trans, pode envolver modificação corporal por meio de hormonização, aplicação de silicone ou cirurgias plásticas. Essas modificações visam buscar a consonância do melhor bem-estar da pessoa trans. Cabe destacar que há pessoas que se autodefinem como “mulheres travestis”, que é um termo de importância política de autoafirmação, em função do caráter pejorativo que lhe foi dado historicamente, associando à prostituição (JESUS JG, 2012; CARVALHO M e CARRARA S, 2013).

No que se refere a saúde das pessoas trans, foco deste artigo, o acesso e permanência nos serviços públicos voltados para pessoas travestis e transexuais no Brasil, são ainda mais insuficientes, sendo

necessários estudos de intervenção e pesquisas sobre as necessidades de saúde dessa população (FERREIRA BO, et al., 2017).

Verifica-se que as pessoas trans encontram empecilhos no acesso aos serviços de saúde, principalmente quanto às práticas discriminatórias que distorcem suas vivências e que desqualificam sua identidade sexual. Tais práticas são fortalecidas pela deficiência de políticas públicas, investimentos e educação em saúde, contribuindo assim para a vulnerabilidade social deste grupo. Há, portanto, necessidade de resignificação das relações entre profissionais e usuários nos serviços de saúde, a fim de eliminar os obstáculos que são encontrados pelas pessoas trans e assim, construir estratégias hábeis de informação das ações de saúde que são oferecidas a esse grupo no sistema público de saúde (RAMOS ALBM, et al., 2021; PINHO PH, et al., 2021).

No que diz respeito à saúde sexual de travestis e mulheres trans, pensando em sexo seguro, é possível acessar ferramentas de prevenção disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), a exemplo da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), que é uma nova estratégia de prevenção ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), que envolve tomar uma medicação diária que torna o corpo mais preparado para lidar com um possível encontro com o vírus e tem o objetivo de promover uma vivência sexual mais saudável e conseqüentemente influenciar na redução da possibilidade de infecção pelo HIV (BRASIL, 2018).

A PrEP consiste no uso de antirretrovirais (ARV), para reduzir o risco de adquirir a infecção pelo HIV. Essa estratégia se mostrou eficaz e segura em pessoas com risco aumentado de adquirir a infecção. A PrEP se insere como uma estratégia adicional nova de prevenção disponível no SUS, com o objetivo de reduzir a transmissão do HIV e contribuir para o alcance das metas relacionadas ao fim da epidemia (BRASIL, 2018).

Diante dessa situação destaca-se a importância de tecnologias educacionais que facilitem a promoção da saúde sexual dessa população, que possibilitem maior apropriação de conhecimento em relação a PrEP, para que, a partir do conhecimento, seja possível instrumentalizá-las para práticas seguras à saúde sexual, por meio da sexualidade saudável, minimizando as vulnerabilidades sociais, econômicas, emocionais a que esta população está exposta. Sendo assim, este estudo teve como objetivo identificar as estratégias e tecnologias para mediar práticas educativas sobre a PrEP com pessoas travestis e mulheres trans.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Avanços históricos e contextos de vulnerabilidade

No Brasil, o grande movimento voltado para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), no campo da saúde, iniciou dentro do contexto da luta contra a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), na década de 80, por meio de práticas de controle e moralidades em torno de sexualidades consideradas desviantes. As primeiras iniciativas com foco na saúde da população, hoje entendida como “saúde integral de LGBT”, inicia por parte do governo brasileiro, mediante as mobilizações da prevenção ao HIV e enfrentamento da AIDS (NEVES ALM, 2019).

Em 2011, foi publicada a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, como resposta às demandas e especificidades emudecidas da população LGBT. Esta política tinha o intuito de promover cidadania e efetivar uma política pública de garantia de direitos. A política também normatizou o direito ao uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (BRASIL, 2012).

O “Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia da AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST entre gays, homens que fazem sexo com homens - HSH - e Travestis”, publicado em 2007, admitiu não ter dados epidemiológicos específicos que possibilitassem identificar a magnitude da epidemia ou suas tendências e perfil na população das travestis e mulheres trans. Assim, não se tem estudos sobre prevalência de HIV/Aids, Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST e hepatites “B” e “C” nessa população (BRASIL, 2007; RELATÓRIO PESQUISA DIVAS, 2018). Com isso, a população de travestis e transexuais (TT) continua sistematicamente sendo omitida em todos os boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2007).

Estudos existentes em todo o mundo sugerem que mulheres transexuais e travestis (no caso do Brasil) possuem altíssima vulnerabilidade ao HIV (DOURADOS I, et al., 2016; KRÜGER A, 2017; BASTOS FI, et al., 2018). Apesar disso, erroneamente, estas são frequentemente incluídas na categoria de HSH em estudos epidemiológicos (KRÜGER A, 2017). Ao passo que a prevalência do HIV se estabiliza na população geral, segmentos populacionais sob maior vulnerabilidade e risco de infecção concentram altas prevalências (PEREIRA GFM, et al., 2019).

Um estudo transversal, multicêntrico com a metodologia *Respondent-Driven Sampling* (RDS), realizado em 12 cidades brasileiras com a população de travestis e mulheres trans, conhecido como “Pesquisa Divas”, no período de outubro de 2016 a julho de 2017, com um total de 2.846 entrevistas, mostrou prevalência relativamente alta para sífilis e HIV, com algumas variações entre diferentes cidades. Para os vírus da hepatite B (HBV) e vírus da hepatite C (HCV), os dados mostraram prevalência muito baixa nos locais pesquisados (MALTA MS, et al., 2018).

Fazendo um recorte para a cidade de Manaus, contexto em que as pesquisadoras deste artigo encontram-se inseridas, na mesma Pesquisa Divas, foram realizadas 230 entrevistas com travestis e mulheres trans na cidade de Manaus-Amazonas. Os resultados evidenciaram alta prevalência de HIV e sífilis e um enorme desconhecimento sobre a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) para HIV, bem como o contexto de vulnerabilidade e risco no qual essa população está inserida (MALTA MS, et al., 2018; JARDIM LFS, et al., 2019).

Como ferramenta terapêutica complementar, a PrEP funciona em conjunto com antirretrovirais e contraceptivos hormonais para reduzir o risco de infecção pelo HIV. Como resultado, o número de complicações relacionadas à AIDS diminuirá. Uma ferramenta poderosa e crucial no combate ao HIV é o uso da PrEP em combinação com a terapia anti-retroviral, sendo que essa estratégia difere das demais por focar na pré-exposição ao vírus. Dessa forma, a PrEP é introduzida no pipeline de prevenção como mecanismo de ação e prevenção na contenção e intervenção do avanço da epidemia (SILVEIRA PPS, et al., 2022).

Dessa forma, é evidente a necessidade de subsídio e aporte para a criação e ampliação de redes estratégicas e de tecnologias educativas que ampliem o acesso e suporte biopsicossocial desta população.

Estratégias e tecnologias

As redes sociais são tecnologias da informação e comunicação que transcendem fronteiras. As pesquisas nesse campo estão em fase de crescimento nos últimos anos, a exemplo do uso de mídias sociais para promoção da saúde como *Facebook*, *Youtube*, *Instagram*, *WhatsApp*, dentre outras (VERMELHO SC, et al., 2014).

A produção de tecnologia surge a partir das necessidades percebidas quanto ao compartilhamento de saberes e o estímulo da criatividade. Na área da saúde, é crescente o uso de tecnologias audiovisuais, visto que as mídias cada vez mais desempenham um importante papel no processo de comunicação. O uso de recursos audiovisuais estimula a atenção, contribui para a compreensão e torna a informação a ser comunicada mais objetiva (GIRARDON-PERLINI NMO, et al., 2017).

No que tange às estratégias e tecnologias, foram identificadas diferentes modalidades e formatos, com distintos objetivos e resultados, os estudos evidenciaram o uso de tecnologias como: redes sociais, informação entre pares, campanhas informativas, mensagens via smartphone, aplicativo móvel para smartphone, blogs, plataformas *online* e *offline* para aconselhamento e teste de HIV, integração de tecnologias *online* e autoteste de HIV, intervenções grupais com pessoas trans, portais de tecnologia e sites de troca de mensagens sobre o efeito dos ARV no organismo e possíveis interações com o uso de hormônios pelas mulheres trans, dentre outras (ALBUQUERQUE CF, et al., 2022).

Em relação a compreensão das redes sociais de mulheres transgêneros, foi observado que as estruturas de rede social, hierarquias de liderança e padrões de influência dentro de uma comunidade de mulheres transgênero, são formações sociais complexas compostas de uma combinação de frequentes interações de vínculo fraco com a comunidade mais ampla de seus pares e um pequeno número de laços fortes com amigos transgêneros próximos e membros da família cisgênero (CLARK JL, et al., 2020).

Tais redes são descentralizadas e variam entre os diferentes contextos como ativismo político, modificação corporal, sexo comercial, mas são importantes para a organização da comunidade. Os estudos destacam ainda a importância das interações das redes sociais na vida dessas mulheres e apontam para caminhos potenciais para a introdução e a adoção de novas tecnologias de prevenção do HIV, a exemplo da PrEP (CLARK JL, et al., 2020).

A importância do uso de redes sociais foi evidenciada como estratégia para promover maior envolvimento e alavancar a realização dos testes de HIV e IST entre as populações mais vulneráveis, incentivando protagonismo e autonomia por meio de estímulos sociais benéficos (ANAND T, et al., 2017; ALBUQUERQUE CF, et al., 2022). Além disso, ressalta-se a importância do uso de redes sociais para trabalhar políticas de intervenções preventivas ao HIV e o uso de mensagens e tecnologias direcionadas para as mulheres trans (REBACK CJ, et al., 2019).

Sobre a estratégia educacional, os estudos identificaram o uso de informação entre os pares, também chamada de educação entre os pares. Esta estratégia é utilizada para abordagens sobre a importância do uso da PrEP, estímulo à consciência e a vontade da PrEP e os fatores associados à consciência e a vontade de fazer a PrEP. Além disso, foi possível identificar nos estudos que a presença de uma educadora que pertença ao grupo das mulheres trans ou que possui uma trajetória de vida semelhante a essa população, produz processos de identificação e confiança. A presença dessa educadora com essas características facilita a abordagem, divulgação, conhecimento, sensibilização e adesão à profilaxia (NEVES ALM, 2019; ALBUQUERQUE CF, et al., 2022).

As demais estratégias apontadas nos estudos foram as campanhas informativas, protagonizadas por personalidades da própria comunidade trans, e mensagens que trabalharam as dúvidas recorrentes sobre o efeito dos ARV no organismo e possíveis interações com o uso de hormônios pelas mulheres trans. As campanhas trabalharam questões como o medo, receio do estigma transfóbico por parte dos profissionais de saúde existente, criando com isso uma barreira para implementação da PrEP (JALIL EM, et al., 2018).

Estas estratégias e tecnologias educacionais, se colocadas em prática, poderão melhorar o índice de conscientização sobre a importância e adesão ao uso desta profilaxia pelas mulheres trans que relataram ter um parceiro sexual conhecido infectado pelo HIV, mulheres trans que estavam dispostas a fazer uso da PrEP e aquelas que se autodeclararam HIV negativa. A maioria devido ao sexo anal sem preservativo, contribuindo assim para a promoção e cuidados à sua saúde sexual (JALIL EM, et al., 2018).

A busca para evidenciar os modelos *online* para *offline* emergentes/expansão e avaliar o impacto e as implicações para pesquisas futuras, os vários modelos discutidos e apresentados como: sites, desktop e móveis tradicionais, aplicativos, blogs, localizadores de serviços de teste/cuidados, sites de redes sociais, aconselhamento *online*, dentre outros, visam aumentar o acesso às informações confiáveis sobre o HIV, para que esse acesso resulte em maior aceitação dos serviços de teste e prevenção. Os autores destacam também sobre a importância de campanhas culturalmente sensíveis e o envolvimento da comunidade (ANAND T, et al., 2017).

Já o estudo que buscou promover a saúde sexual, prevenir a infecção pelo HIV entre jovens e populações-chave e construir uma comunidade LGBT empoderada e ativa, evidenciou a importância de estratégias e tecnologias educacionais inovadoras, que possibilitem a mulheres transexuais terem maior contato com métodos de prevenção e acolhimento social, de amplo conhecimento do público especializado, contendo mapas e direcionamentos a focos de interesse, atualizadas e de fácil acesso às pessoas que se mostrarem interessadas, diminuindo barreiras relacionadas ao estigma a discriminação e a promoção do sexo seguro, corroborando para contornar possíveis experiências desagradáveis e proteger a comunidade de ambientes não amigáveis, que impedem o acolhimento adequado e resposta às suas necessidades específicas, contribuindo assim no enfrentamento à epidemia crescente do HIV (COUSINS S, 2018).

Através da utilização destes espaços, intervenções deste tipo visam fortalecer e facilitar a manutenção de comportamentos saudáveis, fornecendo e recebendo apoio emocional, aumentando a compreensão e pertença, e atraindo aqueles que procuram mensagens e informações personalizadas, bem como aqueles

que não conseguiam se comunicar com colegas de trabalho ou profissionais de saúde (HIGHTOWER-WEIDMAN LB, et al., 2015; ALBUQUERQUE CF, et al., 2022).

No estudo que procurou conhecer as características de HSH e mulheres transexuais – TGW (transgender woman) tailandesas, que escolheram plataformas *online* e/ou *offline* para aconselhamento e teste de HIV e a viabilidade de integração de tecnologias *online* e autoteste de HIV para criar opções de serviço, os autores evidenciaram a importância de tecnologias educacionais que favoreçam serviços *online* de HIV como estratégia de intervenção em saúde pública, considerando que esse formato de prestação de serviço possibilita manter a confidencialidade e a privacidade (PHANUPHAK N, et al., 2018).

Discute-se sobre a construção da identidade travesti e mulheres trans, desde em tenra idade, que são vivenciadas e se desenvolvem em cenários e situações de rejeição familiar, preconceito, discriminação no ambiente escolar e também no espaço considerado social. Vivenciam todas as formas de violência, em especial a transfobia, as colocam como um dos segmentos mais discriminados e excluídos da sociedade. O enfrentamento a essa privação de direitos, além de ser tratado como um problema de saúde pública, deve ser assumido como um compromisso ético de toda a sociedade em respeito à dignidade humana (MELLO L, et al., 2011; SOUSA PJ, et al., 2013; CARVALHO LS e PHILIPPI MM, 2013).

E no estudo que objetivou avaliar a aceitabilidade e fidelidade da intervenção adaptada e avaliar o conhecimento das pessoas trans sobre HIV, sintomas depressivos, enfrentamento, autoeficácia do uso do preservativo e uso de preservativo por meio de pesquisas pré e pós-intervenção, mostrou que tecnologias de intervenções grupais com pessoas trans contribuem para o aumento do conhecimento do HIV e do preservativo, favorecendo maior adesão quanto ao uso do preservativo (COLLIER KL, et al., 2015).

Estudos globais sugerem que mulheres transexuais e travestis (no caso do Brasil) possuem altíssima vulnerabilidade ao HIV (CARVALHO LS e PHILIPPI MM, 2013; KRÜGER A, 2017; BASTOS FI, et al., 2018). E de acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde – PCDT/IST/MS, os dois principais fatores de risco para IST são as práticas sexuais sem uso de preservativos e pessoas com idade mais baixa (BRASIL, 2019).

No que se refere aos estudos que procuraram examinar a estrutura empírica (ou seja, tamanho, densidade, duração) das redes sociais de mulheres transexuais e estimar como a rede altera a percepção de risco de HIV / comportamentos de proteção, influenciando o risco/proteção de HIV das próprias mulheres transexuais, identificaram a importância do uso de redes sociais para trabalhar políticas de intervenções preventivas ao HIV, com uso de mensagens e tecnologias direcionadas para esse público (REBACK CJ, et al., 2019).

Existe uma grande oferta de redes sociais online disponibilizadas via *web*, como *Facebook*, *Linkedin*, *Wikipedia*, *Youtube* e *Twitter*, dentre outras, bem como a possibilidade de se criarem redes de contato dentro de sites que atendam determinadas especificidades desejadas. Embora cada uma dessas redes possua sua própria interface, composição e possibilidade de interação, todas têm em comum a possibilidade de interação e de troca discursiva entre seus membros (ZENHA L, 2018).

É histórica a formação de grupos sob medida de similaridade para sociabilidades, trocas de experiências afetivas e sexuais no universo das pessoas trans (RODRIGUES RCC, 2012). E, atualmente, identificam-se redes de pessoas para trocas de informações sobre saúde e autocuidado (NEVES ALM, 2019). E, a partir da segunda década dos anos 2000, surgiram grupos *online*, como *Facebook*, *Telegram* e *WhatsApp*. Esses grupos *online*, têm se tornado uma ferramenta tecnológica para busca sobre cuidado em saúde (HANAUER OFD e HEMMI APA, 2019).

As evidências consultadas apontam que a tecnologia educativa em saúde, pode ser um elemento instrucional e potente no cuidado e prevenção à saúde das pessoas travestis e mulheres trans. É essencial que produções baseadas em evidências, que considerem essas identidades de gênero, possam circular entre o universo trans, para serem aliadas ao acesso à informação em saúde, para o cuidado de si e, além disso, subsidiar profissionais que possuem uma formação fortemente marcada pelo modelo biologicista e heteronormativo, como é o caso da enfermagem (REIS PSO, et al., 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias e tecnologias são veiculadas e disponibilizadas em diversos canais de comunicação e revelaram-se importantes para educar, orientar e treinar sobre a PrEP para o HIV. Utilizar mídias sociais e aplicativos como veículos de tecnologia educacional, valorizando a liderança da comunidade e fortalecendo redes de apoio e comunicação entre travestis e mulheres trans é benéfico em muitos aspectos para o empoderamento dessa população em processos de autocuidado, contribuindo para seu avanço e bem-estar biopsicossocial. Dessa forma, reiteram-se a relevância das estratégias e tecnologias para mediar práticas educativas como dispositivos para potencializar o planejamento, execução, controle e acompanhamento de um processo educacional formal e informal, com foco para as travestis e mulheres trans.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE CF, et al. Tecnologias educativas na prevenção e cuidados de IST em populações de mulheres trans e travestis: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2022; 15(6): e2504.
2. ANAND T, et al. Online-to-offline models in HIV service delivery. *Current Opinion in HIV and AIDS*, 2017; 12(5): 447-57.
3. BASTOS FI, et al. HIV, HCV, HBV, and syphilis among transgender women from Brazil: Assessing different methods to adjust infection rates of a hard-to-reach, sparse population. *Medicine (Baltimore)*, 2018; 97(1S): 16-24.
4. BORBA R. O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2016.
5. BRASIL. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Ministério da Saúde. Política Nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acessado em: 31 de agosto de 2019.
6. BRASIL. Protocolo do Ministério da Saúde. 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-profilaxia-pre-exposicao-prep-de-risco>. Acessado em: 10 de dezembro de 2019.
7. BRASIL. Protocolo do Ministério da Saúde. 2019. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infeccoes_sexualmente_transmissiveis.pdf. Acessado em: 10 de dezembro de 2019.
8. CARVALHO LS, PHILIPPI MM. Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde. *Universitas: Ciências da Saúde*, 2013; 11(2): 83-92.
9. CARVALHO M, CARRARA S. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2013;(4):319-351.
10. CLARK JL, et al. Social network organization, structure, and patterns of influence within a community of transgender women in Lima, Peru: implications for biomedical HIV prevention. *AIDS and Behavior*, 2020; 24(1): 233-245.
11. COLLIER KL, et al. Wyatt healing our women for transgender women: adaptation, acceptability, and pilot testing. *AIDS Education and Prevention*, 2015; 27(5): 418-431.
12. COUSINS S. LoveYourself: a safe environment for testing and treatment. *Lancet HIV*, 2018; 5(8): E415.
13. DOURADO I, et al. Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. *Estudo Pop Trans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil*. *Cadernos de Saúde Pública*, 2016; 32(9): 1-11.
14. FERREIRA BO, et al. Vivências de travestis no acesso ao SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 2017; 27(4): 1023-1038.
15. GIRARDON-PERLINI NMO, et al. Audiovisual para práticas educativas com familiar de pessoas que vivem com colostomia. In: Teixeira E. (org.). *Desenvolvimento de tecnologias cuidativo-educacionais*. Porto Alegre: Moriá Editora, 2017.
16. HIGHTOW-WEIDMAN LB, et al. HealthMpowerment.org: Building Community Through a Mobile-Optimized, Online. *Health Promotion Intervention*. *Health Education & Behavior: The Official Publication of the Society for Public Health Education*, 2015; 42(4): 493-499.
17. HANAUER OFD e HEMMI APA. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. *Saúde Debate*, 2019; 43(spe8): 91-106.

18. JALIL EM, et al. Awareness, willingness, and PrEP eligibility among transgender women in Rio de Janeiro, Brazil. *JAIDS Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, 2018; 79(4): 445-452.
19. JANE M, et al. Social media for health promotion and weight management: a critical debate. *BMC Public Health*, 2018; 18(1): 932.
20. JARDIM LFS, et al. Estudo de comportamentos, atitudes, práticas e prevalência para o HIV, Sífilis e Hepatites B e C entre travestis e mulheres transexuais na cidade de Manaus – Amazonas. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, 20; Seminário Internacional de Pesquisa em Enfermagem, 1. Rio de Janeiro: Brasília. Associação Brasileira de Enfermagem; 2019.
21. JESUS JG. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012.
22. KRÜGER A. Inserção dos campos “Nome Social” e “Identidade de Gênero” nos Sistemas de Vigilância em Saúde: uma alternativa para qualificação da informação sobre a epidemia de HIV/aids na população trans brasileira. 2017. Monografia (Especialização em Gestão da Política de DST, aids, hepatites virais e tuberculose) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
23. MALTA MS, et al. Estudo de abrangência nacional de comportamentos, atitudes, práticas e prevalência para o HIV, sífilis e hepatites B e C entre travestis em 12 municípios brasileiros: relatório técnico entregue ao Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais, 2018. Rio de Janeiro: Fiocruz, [2018].
24. MELLO L, et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2011; 9: 7-28.
25. NEVES ALM. “Política é vida”: ativismo e saúde trans em Manaus (AM). Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019; 180.
26. PHANUPHAK, et al. What would you choose: Online or Offline or Mixed services? Feasibility of online HIV counselling and testing among Thai men who have sex with men and transgender women and factors associated with service uptake. *Journal of the International AIDS Society*, 2018; 21: E25118.
27. PEREIRA GFM et al. HIV/aids, hepatites virais e outras IST no Brasil: tendências epidemiológicas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 2019; 22(supl 1): E 190001.
28. PINHO PH, et al. Os itinerários terapêuticos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de homens trans em busca do processo transexualizador. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2021; 13(11): e9116.
29. RAMOS ALBM, et al. Abordagem dos profissionais de saúde frente à transexualidade no sistema único de saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2021; 13(11): e9121.
30. REBACK CJ, et al. A multilevel analysis of social network characteristics and technology use on HIV risk and protective behaviors among transgender women. *AIDS and Behavior*, 2019; 23(5): 1353-1367.
31. REIS PSO, et al. Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. *Revista de Pesquisa (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Online)*, 2021; 13(1): 80-85.
32. RODRIGUES RCC. Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências. *História*. 2012; 31(1): 365-391.
33. SILVEIRA PPS, et al. Uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) como PREVENÇÃO COMBINADA na contenção da disseminação do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) em grupos de risco. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2022; 15(6): e10267.
34. SOUSA PJ, et al. Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013; 18(8): 2239-2251.
35. VERMELHO SC, et al. Refletindo sobre as redes sociais digitais. *Educação & Sociedade*, 2014; 35 (126): 179-196.
36. ZENHA L. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? *Caderno de Educação*, 2018; 1(49): 19-42.